

RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.897 - SP (2019/0152530-3)

RECORRENTE : MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ
ADVOGADOS : EDUARDO GARCIA CANTERO - SP164149
ANA PAULA DA SILVA ALVARES - SP132667
FERNANDO LUIZ DE SOUZA SANTOS - SP382553
RECORRIDO : JOÃO COMPARATO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, o Município de Mongaguá ajuizou execução fiscal para cobrança de crédito tributário a título de ITR, no valor de R\$ R\$ 970.327,22, em 18/07/2017.

Após sentença que extinguiu a execução, diante da ausência de complementação da inicial e da falta de recolhimento dos valores referentes à despesa postal para a citação prevista no art. 331, §1º do CPC, foi interposta apelação sendo concedido parcial provimento, para afastar a necessidade de complementação, determinando o processamento da execução após o recolhimento do valor acima referido, sob o entendimento de que a verba não se enquadra no conceito de custas ou emolumentos.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ interpôs o presente recurso especial, apontando violação aos arts. 39 da LEF e 91 do CPC, alegando, em síntese, que a Fazenda Pública é isenta de custas processuais, se incluindo a verba referida.

É o relatório. Decido.

O superior Tribunal de Justiça tem entendimento pacífico no sentido de que a Fazenda Pública é isenta do recolhimento prévio das custas judiciais, a exemplo das despesas de postagem de carta citatória, dispêndio que será recolhido, ao final, pelo vencido.

No mesmo diapasão, destacam-se:

TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA PÚBLICA. PAGAMENTO DAS DESPESAS DE POSTAGEM DE CARTA CITATÓRIA. INEXIGÊNCIA. ART. 39 DA LEI Nº 6.830/80.

I - A Fazenda Pública é isenta do recolhimento prévio das custas judiciais, a exemplo das despesas de postagem de carta citatória, dispêndio que será recolhido, ao final, pelo vencido. Precedentes: AgRg no REsp 1483350/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 26/11/2014; REsp

1332428/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 03/09/2012 e REsp 1107543/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe 26/04/2010.

II - Recurso especial provido.

(REsp 1778801/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 13/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA PÚBLICA. DESPESAS PARA POSTAGEM DE CARTA CITATÓRIA. DESNECESSIDADE. ART. 39 DA LEI 6.830/1980. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a Fazenda Pública está dispensada do pagamento da citação postal, uma vez que tal ato processual encontra-se abrangido no conceito de custas processuais (art. 39 da Lei 6.830/80). Precedentes: Rcl 10.252/MG, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe 17.4.2013; AgRg no REsp 1.483.350/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 26.11.2014.

2. Recurso Especial provido.

(REsp 1772000/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar o prosseguimento da execução fiscal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator